

Galvêas prevê fácil renegociação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse ontem que a hipótese mais provável é que o Brasil não precisará pedir dinheiro novo aos bancos credores para 1985, o que facilitará a renegociação da dívida externa do País. A forma da renegociação será definida em reunião com o Comitê de Bancos dia 5 de novembro, em Nova York, quando as autoridades econômicas brasileiras deverão apresentar resultados preliminares do balanço de pagamentos de 1984 e projeções para 1985.

Pelas previsões iniciais do governo um superávit comercial de US\$ 10 bilhões (hipótese pessimista) em 85 mais financiamentos oficiais (do Bird, BID, FMI) e de fornecedores, poderá ser suficiente para cobrir o déficit de US\$ 14 bilhões da conta-serviços (pagamento de juros da dívida mais fretes, remessas, royalties etc) mais US\$ 1,7 bilhão da parte de amortização que não pode ser reescalonada.

Menciona Galvêas que o saldo comercial de US\$ 10 bilhões deve ser obtido com exportações de US\$ 27 bilhões, quase o nível deste ano, menos importações de US\$ 17 bilhões: um crescimento de 15%. Levando em conta que antigos mercados começam a se recuperar, como os da Argentina, Chile e outros países latino-americanos, o Brasil poderá obter mais US\$ 1,3 bilhão de exportações. Assim, destaca, o mais viável mesmo é que o País não necessite pedir novos empréstimos, endividando-se menos no Exterior.

Durante conversa informal em almoço com jornalistas de finanças, no Ministério da Fazenda, o ministro Er-



Arquivo

"Brasil talvez não precise de dinheiro novo em 1985"

nane Galvêas reiterou seu otimismo com o resultado das conversas que manteve com dirigentes de 40 bancos, os maiores credores do País, durante sua permanência recente em Washington e Nova York. Segundo Galvêas, o clima hoje para o Brasil é inteiramente diferente, e bastante favorável a uma negociação melhor.

Isso não significa, reconhece Galvêas, a introdução de ingredientes novos na renegociação. Como será o próximo esquema de renegociação vai depender de várias hipóteses, a começar do resultado de caixa do País, hoje em mais de US\$ 6 bilhões. As renegocia-

cões do México e da Venezuela, que conseguiram reescalonar cinco e três anos de dívidas a vencer respectivamente certamente serão consideradas, mas isso não significa idênticas condições para o Brasil.

Afirma o ministro Ernane Galvêas que a estrutura das dívidas dos três países é diferente. Por exemplo, na questão do **spread** (taxa de risco), que aumentou agora para México e Venezuela por que eles pagavam taxa menor anteriormente; para o Brasil, deve haver uma melhora no **spread**. Outra especificidade do Brasil é que a dívida tem uma corcovada a mais em 1987 e 1988,

o que significa que, havendo reescalonamento maior, deve abranger a dívida a vencer pelo menos nos próximos quatro anos.

INFLAÇÃO

O ministro Ernane Galvêas disse que os banqueiros têm confiança no Brasil, mesmo com a inflação alta, porque reconhecem que ela está ligada ao ajustamento do balanço de pagamentos. De forma que se o País quer exportar mais e obter saídos comerciais elevados a pressão inflacionária será evidente. Mais importante, porém, na avaliação dos banqueiros, segundo o ministro, é que consideram ter o Brasil investido bem os recursos captados no Exterior, tendo resolvido satisfatoriamente o problema energético e mudado a própria estrutura de balanço de pagamen-

tos.

Com relação a investimentos estrangeiros, o ministro acha que não é só no Brasil que o fluxo está menor. Justifica que, quando a taxa de juros está alta, os investimentos declinam em todos os países. Galvêas admite a prorrogação do decreto que concede incentivos fiscais para a transformação de empréstimos externos em investimentos, mas reitera que a Lei de Remessa de Lucros não será alterada.

O importante na discussão dos investimentos, conforme o ministro, é mesmo a taxa de juros. Por isso, reitera que uma solução mais permanente para a dívida tem de passar, necessariamente, por uma redução de juros. Todos entendem isso na comunidade financeira, adianta o ministro, mesmo porque é tecnicamente injustificável que, estando a taxa de inflação dos Estados Unidos em 4%, os juros situem-se em 12,5%.